

O QUE ERA O "CONTINENTE"

Barbosa LESSA

O cenário em que se iniciou e desenvolveu o povoamento do Sul do Brasil é feito, literalmente, de altos e baixos.

Há milhões e milhões de anos, quando nosso planeta ainda estava se formando, houve um derrame de lavas vulcânicas da cordilheira dos Andes para o leste, e desse derrame se constituiu o imenso Planalto Brasileiro. A altitude planáltina se mantém praticamente inalterada até as proximidades do Atlântico, onde de uma hora para outra a terra vai caindo abruptamente, com formação de verdes precipícios de até mil metros de profundidade. Lá embaixo fica um outro mundo: a arenosa e estreita faixa de terra que costeia o oceano, com seu colar de tranqüilas lagunas e com o recorte de curvilíneas praias.

O fantástico degrau desses dois planos continua paralelo ao mar até as vizinhanças de Porto Alegre, onde traça súbita esquina para o oeste e, margeando o rio Jacuí, vai decrescendo gradativamente. Nesse rumo há dois acidentes a assinalar: o profundo sulco do rio Caí e o largo sulco do rio Taquari. Depois prossegue a gradativa perda de altura, até que o degrau desaparece já confundido com as planícies na fronteira com a Argentina.

Em consequência dessa esquina, o território do Rio Grande do Sul ficou praticamente dividido em duas metades bem diferentes. Do rio Jacuí para cima se situa o Planalto, com seus Campos de Cima da Serra. E do rio Jacuí para baixo fica uma região de coxilhas e várzeas, rica de pastagens naturais, que se estende praticamente sem obstáculos até a República do Uruguai e as margens do Rio da Prata.

De dentro para fora

De um modo geral, águas profundas caracterizam as baías e enseadas ao longo da costa atlântica do Brasil. Em Santa Catarina ainda há muitas dessas enseadas e lagunas. Mas, do rio Araranguá para o sul, até Punta del Este, estende-se a maior costa retilínea do mundo. A plataforma marítima se constitui num prolongamento da planície costeira. Muito raras, as águas oceânicas se agitam em violenta rebentação. Os navios não

têm nenhum porto seguro, nenhuma enseada mais profunda, de que possam se aproximar. Até que a barra do “rio” Grande fosse domada, por volta de 1915, o Rio Grande do Sul foi inacessível pelo mar. E além dessa barra não há, ainda hoje, nenhuma outra alternativa de atracar navios. Por isso, o território sul-rio-grandense se constitui numa curiosa exceção histórica dentro do contexto brasileiro: foi o único que teve de ser povoado, inicialmente, “de dentro para fora”.

Tal povoamento inicial foi realizado pelos jesuítas espanhóis, como um capítulo da conquista espiritual dos índios sul-americanos no século XVII. A Companhia de Jesus chegou então a estender suas Missões desde o Oceano Pacífico, numa diagonal através do sertão sul-americano, até quase o Oceano Atlântico. Eram as chamadas Missões de Mainas, Chiquitos, Mojos, San Joaquín e San Estanislau, finalmente os Trinta Povos das Missões de Guaranis. Desses Trinta Povos, sete cidades se localizaram em nossa região missioneira; mas as estâncias se estabeleceram até Quaraí e Bagé, e os ervais de mate chegavam até a serra do rio de Camaquã.

Em sua expansão sempre no rumo sudoeste, provavelmente os jesuítas espanhóis pretendessem chegar até a beira do Oceano Atlântico — com o que obteriam saída para a Europa e o resto do mundo. Entretanto, sérios obstáculos naturais impediram tal objetivo. Na extremadura leste do planalto sul-rio-grandense, lá estavam os gigantes despenhadeiros da encosta (Fortaleza, Itaimbezinho, etc.), em combinação com selváticos rios como o Antas/Taquari e o Caf, ligados ao caudal do baixo-Jacuí e do Guafba. E esse caudal se abria na larga Lagoa dos Patos, até a barra do “rio” Grande com suas perigosas areias movediças. Para o avanço jesuítico, a arenosa e desolada língua de terra entre o Mar de Dentro (Lagoa dos Patos) e o Mar de Fora já pertencia a um outro mundo, inacessível.

Note-se o obstáculo em duas mãos: quem viesse navegando pelo Atlântico não tinha onde lançar âncoras na costa como acesso ao interior, e quem vinha do interior não tinha como sair facilmente para o Atlântico.

Em resumo, à fragmentação entre Planalto e Planície se acrescentava uma outra — entre a Planície e o Litoral.

Os primitivos índios já tinham noção dessas disparidades todas. Eles denominavam “Ibia” à região da Serra, de Cima da Serra, do Itaimbezinho, e denominavam “Ibia-Môme” ao sopé do Ibia — campos do Viamão.

O País do Viamão

Já vimos o fenômeno sob o ângulo dos jesuítas a serviço de Espanha. Agora vejamos sob o ângulo de Portugal. Em seu insulamento entre o Mar de Dentro e o Atlântico, esse mesmo Ibia-Môme representava a continuidade, no rumo meridional, da faixa litorânea pertencente à

Capitania de São Paulo. Se os espanhóis deixavam ao abandono essa nesga de terra, por que não incorporá-la então à coroa portuguesa?

A completa resposta a tal pergunta nos levaria aos meandros de um dos mais complicados capítulos da História Hispano-Lusitana, qual seja o das conseqüências do Tratado de Saragoça (1535), chegando até a criação do Bispado do Rio de Janeiro e à fundação da Colônia Militar do Sacramento em 1680. O presente artigo é bem menos pretensioso, porém, e nos limitaremos a enfatizar a ordem dada ao Governador da Capitania de São Paulo para que fundasse, no desabitado litoral sul-catarinense, a aldeia de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Dessa aldeia de Laguna partiria a tentativa de povoamento do sul, por terra, já que o território se mostrava inacessível pelo oceano.

A primeira expedição desbravadora é confiada, em Laguna, ao cidadão Francisco de Brito Peixoto. Com um punhado de companheiros, e servindo-se de guias carijós, ele desce pelo litoral de Araranguá até Tramandaí, desvenda o País do Viamão, ultrapassa as areias impeditivas da barra do "rio" Grande, salta da ilha para o Continente, não vê separação entre o Continente e a Banda dos Charruas, desborda o monte Vidéu e estabelece por fim a almejada ligação com a Colônia do Sacramento (hoje cidade uruguaia de Colônia). Como recompensa, ele recebe do Governador de São Paulo a patente de Capitão-Mor de Laguna, com autoridade sobre toda a vila e seus distritos: ilha de Santa Catarina, litoral sul-catarinense, País do Viamão e Continente do Rio Grande.

Algum tempo depois, Brito Peixoto confia a seu genro João de Magalhães a tarefa de vir montar uma pequena guarda, permanente, na margem Norte da barra. Magalhães faz-se acompanhar de negros escravos e de meia dúzia de corajosos amigos. No dizer do historiador Alcides Cruz: "A fecunda expedição de João de Magalhães deu definitivo impulso à ocupação do solo. Data dessa memorável e temerária incursão o estabelecimento de Francisco Inácio e de Dionísio Mendes na zona onde hoje está o município de Porto Alegre, ao passo que Magalhães com os restantes dos seus foram estabelecer-se por onde assenta a vila de São José do Norte".

A tranqüila ocupação

A partir de então, as areias litorâneas passam a ser palmilhadas por aventureiros, iniciando gradativamente o processo de arrebanhar gados do Continente do Rio Grande, para levá-los, através do País do Viamão, ao entreposto de Laguna. Mas o interesse do Rei vai além desse mero palmilhar de desertos; ele quer ver gente estanciando, estacionando, plantando casa, fincando raízes, criando família e riquezas. Quem efetivamente comprovar ter tomado posse da terra, povoando-a, receberá, então, por recompensa, o respectivo título de propriedade ou "carta de sesmaria"

(por Determinação Régia de 7-12-1697 a sesmaria era uma medida de terra de 3 léguas por 1 légua, ou seja, 13.068 hectares).

Vão se estabelecendo no antigo Ibia-Môme os primeiros candidatos à condição de sesmeiros. No Imbé, a “estança” de Francisco Xavier Velho Ribeiro. Em Tramandaí, a “estança” de Manuel Gonçalves Ribeiro. No rumo das colinas, mais para o oeste, a “estança” de Cosme da Silveira. No Morro Grande – que se destacava dentre os campos do Viamão – a casa de Francisco Carvalho da Cunha. Na atual Vila Assunção, Dionísio Mendes. Ali pelo atual bairro do Menino Deus, Sebastião Francisco Chaves. Onde hoje é o centro da cidade de Porto Alegre, a gleba de Jerônimo de Ornelas.

E essa boa gente não foi perturbada. Nem pelos índios caáguas, do Ibia – que não viam razão para enfrentar o sacrifício da descida da selvática “serra” – nem pelos índios tapes ou missioneiros, da Espanha, que erravam ali do outro lado do Guaíba, nos atuais municípios de Eldorado e Guaíba, pertencentes às Missões dos Trinta Povos Guaranis.

Um pé no continente

Enquanto a Capitania de São Paulo se limitou a ocupar o País do Viamão, não houve problema com a Espanha. Mas a coisa mudou totalmente de figura quando, em 1737, o Governador do Rio de Janeiro, sob as ordens de Gomes Freire de Andrada como uma espécie de “vice-rei” da Repartição do Sul (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo), tentou fincar pé do outro lado da ilha, já no Continente, à margem sul da barra do Rio Grande. Esse governador, o Brigadeiro José da Silva Pais, já havia estabelecido sem problema um Governo Militar na Ilha de Santa Catarina, mas, aqui, sabia que estava pisando terra que os espanhóis reputavam como pertencente à jurisdição da Governación de Buenos Aires. Como se portariam as autoridades portenhas?

A obra de Silva Pais se assinalou pelo erguimento de um forte, junto à barra. A guarnição militar (ou “presídio”) foi instalada com o status de Comandância (tal como o porto de Santos), subordinada ao Governo Militar da Ilha de Santa Catarina, por sua vez subordinado à Capitania do Rio de Janeiro.

Note-se a dualidade político-administrativa, que raramente tem sido salientada pelos nossos historiadores. Todo o País do Viamão, desde o Mampituba até o Tramandaí e desde Porto Alegre até São José do Norte, permanecia na jurisdição de São Paulo, a cujo governador civil os povoadores solicitavam cartas de sesmaria e outros serviços públicos. Ao passo que a pequena área ocupada pela guarnição de Rio Grande reportava-se ao governador militar do Rio de Janeiro, via Ilha de Santa Catarina. O soldado que tentasse fugir da fortaleza e estabelecer “estança” no interior do Continente, teria que solicitar a condição de sesmeiro à autoridade militar do Rio de Janeiro.

Viamão e o Continente — duas porções mui distintas do Estado do Brasil.

A perda do Continente

Foi em 1763 que o Marquês de Pombal deu nova estrutura administrativa aos domínios coloniais de Lisboa, acabando com a divisão entre Estado do Maranhão (com capital em São Luís) e Estado do Brasil (com capital em Salvador) e criando o Vice-Reino do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Ao transferir o centro de decisões coloniais para o Rio, provavelmente ele estivesse pensando em resolver de uma vez por todas os conflitos que se arrastavam na parte meridional deste país. Por essa mesma época, o indefinido Continente do Rio Grande de São Pedro (comandância militar de Rio Grande) desliga-se do Governo Militar de Desterro (Santa Catarina) e ascende à condição de Governo Militar diretamente subordinado às autoridades do Rio de Janeiro.

Na faixa litorânea, havia já a Capela do Viamão, subordinada à freguesia de Nossa Senhora dos Anjos de Laguna (Capitania de São Paulo). E no Continente, Rio Grande havia sido reconhecida como vila, sede de município. Os limites desse município eram bastante indefinidos, mas pareciam chegar até Rio Pardo — cidadela implantada na margem norte do rio Jacuí quando da Guerra Guaraniítica — e até o forte de Santa Teresa, além do arroio Chuí, no caminho de Montevidéu.

Foi também em 1763 que ocorreu a vinda dos espanhóis de Buenos Aires, a ferro e fogo, decididos a resolver de uma vez por todas as pendências sobre esta região eternamente contestada. Os espanhóis tomam conta da Colônia do Sacramento, facilmente se apoderam do forte de Santa Teresa (comandado pelo Coronel Tomás Luís Osório, que caiu prisioneiro e mais tarde responderia a Conselho de Guerra em Lisboa e receberia como pena o enforcamento) e já se lançam sobre a vila de Rio Grande. O governador militar, Cel. Inácio Madureira, acompanhado da maior parte da população, foge espavorido para o outro lado da barra, o Norte, e daí para o arenoso istmo, até tomar fôlego e restabelecer sua gente na Capela do Viamão.

Perdida para os espanhóis a fronteira de Rio Grande, a nova resistência lusitana se fez em Lages (também Capitania de São Paulo, hoje Estado de Santa Catarina), que poderia ser atacada pelos espanhóis a partir das Missões, e em Rio Pardo, cidadela defendida pelo rio Jacuí.

O Governador de Buenos Aires acrescentou mais um título às suas pompas: Governador de Buenos Aires, Banda Oriental do Uruguai, Ilhas Malvinas y Rio Grande. E nos ofícios que dirigia a seu colega Cel. José Custódio, substituto de Inácio Madureira após a fuga de Rio Grande, nomeava-o, protocolarmente, “Ilmo. Sr. Cel. Governador de Viamão”. Título que José Custódio, de bom grado, aceitou.

A restauração do Continente

A restauração da vila de Rio Grande só se deu treze anos depois, quando então se inicia de modo menos turbulento a História Continentina. “Continentinos” eram chamados os povoadores da parte a oeste da Lagoa dos Patos.

Também ganhou a História mais fortes matizes na faixa litorânea quando o Cel. José Marcelino de Figueiredo transferiu a sede do seu governo militar da Capela do Viamão para o Porto do Viamão (ou Porto dos Casais), hoje Porto Alegre.

Porto Alegre foi uma cidade que esteve praticamente a salvo da movimentação guerreira que, por quase um século ainda, envolveria luso-brasileiros e platinos. Tinha como principal defesa o obstáculo do caudal do Guaíba, baixo-Jacuí, rio Caí e Taquari. Para um povo que guerreava a cavalo, como o destas bandas, a guerra acabava à beira d’água.

A ligação entre o Litoral e o Continente só se faria já em nossos dias, na segunda metade da década de 60, com a construção da gigantesca Travessia Régis Bittencourt (na BR-116), de que se destaca a Ponte do Guaíba.

(De *O Continente*, Porto Alegre, janeiro de 1989).